

Balço patrimonial consolidado

• para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

ATIVO

	31/12/2012	31/12/2011
Disponível	380	243
Realizável	629.137	534.754
Gestão previdencial	11.431	10.324
Gestão administrativa	835	639
Investimentos	616.872	523.791
Títulos públicos	148.450	179.130
Créditos privados e depósitos	195.895	152.811
Ações	57.587	56.859
Fundos de investimento	162.997	86.662
Investimentos imobiliários	5.111	2.690
Empréstimos	46.302	44.854
Depósitos judiciais recursais	529	529
Outros realizáveis	-	256
Permanente	278	340
Imobilizado	257	313
Outras despesas	17	20
Diferido	4	7
Total do ativo	629.795	535.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

	31/12/2012	31/12/2011
Exigível operacional	5.404	5.318
Gestão previdencial	3.952	3.996
Gestão administrativa	1.394	1.280
Investimentos	57	41
Exigível contingencial	7.388	9.252
Gestão previdencial	5.218	8.345
Gestão administrativa	561	378
Investimentos	1.609	529
Patrimônio social	617.003	520.767
Patrimônio de cobertura do plano	607.297	512.394
Provisões matemáticas	597.263	508.331
Beneficiários concedidos	340.180	314.986
Beneficiários a conceder	472.013	421.877
(-) Provisões matemáticas a constituir	(214.930)	(228.533)
Equilíbrio técnico	10.034	4.064
Resultados realizados	10.034	4.064
Superavit técnico acumulado	10.034	4.064
Fundos	9.706	8.373
Fundos administrativos	8.871	7.804
Fundos dos investimentos	835	568
Total do passivo	629.795	535.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio social

• para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011	Variação (%)
A) Patrimônio social - início do exercício	520.766	454.279	15
1. Adições	140.693	106.765	32
Contribuições previdenciais	65.336	58.190	12
Resultado positivo do investimentos - gestão previdencial	65.207	38.606	69
Receitas administrativas	8.808	8.808	0
Resultado positivo dos investimentos - gestão administrativa	1.075	1.008	7
Constituição de fundo de investimento	267	152	75
2. Destinações	(44.456)	(40.277)	10
Benefícios	(34.937)	(27.546)	27
Constituição de contingências - gestão previdencial	(703)	(4.153)	-83
Despesas administrativas	(8.816)	(8.578)	3
3. Acréscimo/ (decréscimo) no patrimônio social (1 + 2)	96.237	66.488	45
Provisões matemáticas	(88.932)	(101.521)	-12
Fundos previdenciais	-	2.842	-100
Superavit/ (deficit) técnico do exercício	(5.970)	33.581	-118
Fundos administrativos	(1.067)	(1.238)	-14
Fundos dos investimentos	(267)	(152)	75
4. Operações transitórias		-	
B) Patrimônio social - final do exercício (A + 3 + 4)	617.003	520.766	15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa - consolidado

• para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	7.804	6.566	19
1. Custeio da gestão administrativa	9.883	9.816	1
1.1. Receitas	9.883	9.816	1
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	6.745	6.912	-2
Custeio administrativo dos investimentos	1.857	1.696	9
Resultado positivo dos investimentos	1.075	1.008	7
Outras receitas	206	200	3
2. Despesas administrativas	8.816	8.578	3
2.1. Administração previdencial	5.243	5.137	2
Pessoal e encargos	3.532	3.220	10
Treinamentos / congressos e seminários	21	33	-36
Viagens e estadias	49	77	-36
Serviços de terceiros	766	728	5
Despesas gerais	836	982	-15
Depreciações e amortizações	39	43	-10
Outras despesas	-	55	-100
2.2. Administração dos investimentos	3.573	3.440	4
Pessoal e encargos	2.344	2.078	13
Treinamentos / congressos e seminários	15	23	-36
Viagens e estadias	34	53	-36
Serviços de terceiros	570	553	3
Despesas gerais	584	685	-15
Depreciações e amortizações	27	30	-10
Outras despesas	-	18	-100
2.3. Administração assistencial	-	-	-
2.4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
2.5. Outras despesas	-	-	-
3. Resultado negativo dos investimentos	-	-	-
4. Sobre / insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	1.067	1.238	-14
5. Constituição / reversão do Fundo Administrativo (4)	1.067	1.238	-14
6. Operações transitórias			
B) Fundo administrativo do exercício atual (A + 5 + 6)	8.871	7.804	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das obrigações atuariais do plano de benefícios - PRV Saldado

• para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011	Variação (%)
Patrimônio de cobertura do plano (1 + 2)	510.299	449.640	13
1. Provisões matemáticas	500.264	446.210	12
1.1. Benefícios concedidos	338.366	314.308	8
Benefício definido	338.366	314.308	8
1.2. Benefício a conceder	376.829	360.435	5
Benefício definido	376.829	360.435	5
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(214.930)	(228.533)	-6
(-) Serviço passado	(173.692)	(181.841)	-4
(-) Patrocinador(es)	(173.692)	(181.841)	-4
(-) Déficit equacionado	(41.239)	(46.692)	-12
(-) Patrocinador(es)	(20.619)	(23.346)	-12
(-) Participantes	(20.619)	(23.346)	-12
2. Equilíbrio técnico	10.034	3.430	193
2.1. Resultados realizados	10.034	3.430	193
Superavit técnico acumulado	10.034	3.430	193
Reserva de contingência	10.034	3.430	193
2.1. Resultados a realizar	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das obrigações atuariais do plano de benefícios - CV-Prevdato II

• para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011	Variação (%)
Patrimônio de cobertura do plano (1 + 2)	96.999	62.754	55
1. Provisões matemáticas	96.999	62.121	56
1.1. Benefícios concedidos	1.815	678	168
Contribuição definida	1.815	678	168
1.2. Benefício a conceder	95.184	61.443	55
Contribuição definida	95.184	61.443	55
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	44.207	28.069	57
Saldo de contas - parcela participantes	50.977	33.374	53
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-	-	-
(-) Serviço passado	-	-	-
(-) Déficit equacionado	-	-	-
(+/-) Por ajustes das contribuições extraordinárias	-	-	-
2. Equilíbrio técnico	-	633	-100
2.1. Resultados realizados	-	633	-100
Superavit técnico acumulado	-	633	-100
Reserva de contingência	-	633	-100
2.1. Resultados a realizar	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefícios - PRV Saldado

• para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011	Variação (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	449.640	411.758	14
1. Adições	97.895	73.396	33
Contribuições	42.415	41.460	2
Resultado positivo do investimentos - gestão previdencial	55.479	31.936	74
2. Deduções	(37.236)	(35.514)	5
Benefícios	(31.068)	(25.554)	22
Constituição de contingências - gestão previdencial	(703)	(4.153)	-83
Custeio administrativo	(5.465)	(5.807)	-6
3. Acréscimo/ (decréscimo) no ativo líquido (1 + 2)	60.659	37.882	60
Provisões matemáticas	(54.054)	(74.756)	-28
Fundos previdenciais	-	2.842	-100
Superavit/ (deficit) técnico do exercício	(6.604)	34.032	-119
4. Operações transitórias			
B) Ativo líquido - final do exercício (A + 3 + 4)	510.299	449.640	9
C) Fundos não previdenciais	(7.970)	(7.111)	12
Fundos administrativos	(7.262)	(6.589)	10
Fundos dos investimentos	(708)	(522)	36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do ativo líquido por plano de benefícios - CV-Prevdata II

• para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011	Variação (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	62.754	35.538	77
1. Adições	39.394	30.312	30
Contribuições	29.666	23.642	25
Resultado positivo do investimentos - gestão previdencial	9.728	6.670	46
2. Deduções	(5.149)	(3.096)	66
Benefícios	(3.869)	(1.992)	94
Custeio administrativo	(1.280)	(1.104)	16
3. Acréscimo/ (decréscimo) no ativo líquido (1 + 2)	34.245	27.216	26
Provisões matemáticas	(34.878)	(26.765)	30
Superavit/ (deficit) técnico do exercício	633	(451)	-241
4. Operações transitórias			
B) Ativo líquido - final do exercício (A + 3)	96.999	62.754	77
C) Fundos não previdenciais	(1.736)	(1.261)	38
Fundos administrativos	(1.609)	(1.215)	32
Fundos dos investimentos	(127)	(46)	177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios - PRV Saldado

• para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011	Variação (%)
1. Ativos	528.626	469.258	13
Disponível	119	121	-2
Recebível	14.013	13.190	6
Investimento	514.493	455.946	13
Títulos públicos	140.084	171.216	-18
Créditos privados e depósitos	142.668	106.756	34
Ações	47.257	48.125	-2
Fundos de investimento	136.374	82.815	65
Investimentos imobiliários	5.111	2.690	90
Empréstimos	42.470	43.586	-3
Depósitos judiciais recursais	529	529	0
Outros realizáveis	-	230	-100
2. Obrigações	10.357	12.506	-17
Operacional	3.531	3.632	-3
Contingencial	6.826	8.874	-23
3. Fundos não previdenciais	7.970	7.111	12
Fundos administrativos	7.262	6.589	10
Fundos dos investimentos	708	522	36
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1 - 2 - 3 - 4)	510.299	449.640	13
Provisões matemáticas	500.264	446.210	12
Superavit / deficit técnico	10.034	3.430	193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios - CV-Prevdatta II

• para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011	Variação (%)
1. Ativos	99.214	64.404	54
Disponível	205	95	117
Recebível	6.289	4.955	27
Investimento	92.720	59.355	56
Títulos públicos	5.768	5.443	6
Créditos privados e depósitos	48.404	40.909	18
Ações	10.331	8.734	18
Fundos de investimento	24.385	2.975	720
Empréstimos	3.832	1.268	202
Outros realizáveis	-	26	0
2. Obrigações	479	389	23
Operacional	479	389	23
3. Fundos não previdenciais	1.736	1.261	38
Fundos administrativos	1.609	1.215	32
Fundos dos investimentos	127	46	177
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1 - 2 - 3 - 4)	96.999	62.754	55
Provisões matemáticas	96.999	62.121	56
Superavit técnico	-	633	-100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

• 1. Contexto Operacional

A Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev – Prevdata (a seguir designada como “Entidade” ou “Prevdata”) é uma entidade fechada de previdência complementar privada, sem fins lucrativos, de finalidade previdencial, constituída em 20 de dezembro de 1978, conforme Portaria MPAS n.º 1.303 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob a forma de fundação de direito privado, nos termos do Artigo 5º inciso II, da Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pelas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

A Prevdata é uma entidade Multipatrocinadora e Multiplanos, sendo patrocinada pelas empresas:

- Dataprev – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
- Prevdata – Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev

A Prevdata não distribui lucros ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar a sua exatidão.

A Prevdata administra dois planos de benefícios previdenciais e um plano administrativo cujo custeio é estabelecido pelo atuário com base na Avaliação Atuarial.

A Prevdata possuía em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as seguintes quantidades de participantes e assistidos:

	31/12/2012	31/12/2011
População PRV / CV	Quantidade	Quantidade
Participantes	2.927	2.722
Assistidos	1.378	1.303
Total	4.305	4.025

Obs: O quadro considera as inscrições em ambos os planos previdenciários administrados pela Prevdata desconsiderando participações cruzadas entre planos.

• 2. Equacionamento de Déficit e Saldamento do Plano de Renda Vinculada

Demonstramos abaixo as principais condições pactuadas, entre Dataprev e Prevdata, para pagamento do Termo de Compromisso de Recomposição Patrimonial:

“1) A PATROCINADORA se obriga a efetuar o pagamento à PATROCINADA, do valor de R\$ 161.766.203,48 (cento e sessenta e um milhões, setecentos e sessenta e seis mil, duzentos e três reais e quarenta e oito centavos), na forma abaixo descrita:”

“1.1) R\$ 149.413.843,69 (cento e quarenta e nove milhões, quatrocentos e treze mil, oitocentos e quarenta e três reais e sessenta e nove centavos), referentes ao “Serviço Passado”, serão pagos em até 120 parcelas mensais e sucessivas, no valor inicial de R\$ 1.646.899,54 (um milhão, seiscentos e quarenta e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos), que serão atualizadas até a data de seu pagamento conforme legisla-

ção em vigor e de acordo com a variação do INPC/IBGE, deduzidas as amortizações realizadas, sendo que os juros anuais de 6% já estão incorporados ao valor da parcela acima referida;”

“1.2) R\$ 12.352.359,79 (doze milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos) que serão pagos em até 240 parcelas mensais e sucessivas, no valor inicial de R\$ 87.367,26 (oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e vinte e seis centavos), que serão atualizadas até a data de seu efetivo pagamento, conforme legislação em vigor e de acordo com a variação do INPC/IBGE, deduzidas as amortizações realizadas, sendo que os juros anuais de 6% já estão incorporados ao valor da parcela acima referida;”

“2) Os participantes serão responsáveis pelo equacionamento dos R\$ 5.268.695,54 (cinco milhões, duzentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).”

“3) O custo acima referido para o saldamento será ajustado por avaliação atuarial a ser realizada no encerramento do processo de saldamento.”

Plano PRV Saldado - Patrocinadora Dataprev				
Valor Contratado	Serviço Passado		Déficit Equacionado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Devedor Atual R\$ Mil	173.692	181.841	20.511	23.200
Prazo de Amortização Pactuado n.º	120	120	240	240
Prazo de Amortização Restante n.º	72	84	192	204
Valor das Parcelas R\$ Mil	2.502	2.359	318	295
Data de Vencimento	5º Dia útil do mês			
Atualização Pactuada	INPC/IBGE + 6%aa			

Plano PRV Saldado - Participantes Dataprev				
Valor Contratado	Serviço Passado		Déficit Equacionado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Devedor Atual R\$ Mil	-	-	20.511	23.200
Prazo de Amortização Pactuado n.º	-	-	240	240
Prazo de Amortização Restante n.º	-	-	192	204
Valor das Parcelas R\$ Mil	-	-	318	295

Obs.: Conforme Termo de Compromisso, o valor referente ao Déficit Técnico será quitado paritariamente entre os participantes e a patrocinadora.

Plano PRV Saldado - Patrocinadora Prevdato				
Valor Contratado	Serviço Passado		Déficit Equacionado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Devedor Atual R\$ Mil	-	-	109	146
Prazo de Amortização Pactuado n.º	-	-	240	240
Prazo de Amortização Restante n.º	-	-	192	204
Valor das Parcelas R\$ Mil	-	-	3	3
Data de Vencimento	25 do mês			
Atualização Pactuada	INPC/IBGE + 6%aa			

Obs.: Na qualidade de patrocinadora, a Prevdato observa os critérios definidos no Termo de Compromisso para fins de equacionamento do déficit do plano PRV, saldado em 12/2008. O valor referente ao Déficit Técnico será quitado paritariamente entre os participantes e a patrocinadora.

Plano PRV Saldado - Participantes Prevdata				
Valor Contratado	Serviço Passado		Déficit Equacionado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Devedor Atual R\$ Mil	-	-	109	146
Prazo de Amortização Pactuado n.º	-	-	240	240
Prazo de Amortização Restante n.º	-	-	192	204
Valor das Parcelas R\$ Mil	-	-	3	3
Data de Vencimento	25 do mês			
Atualização Pactuada	INPC/IBGE + 6%aa			

Obs.: O valor referente ao Déficit Técnico será quitado paritariamente entre os participantes e a patrocinadora.

Os valores acima demonstrados foram compostos considerando que:

- O Plano encontra-se equacionado desde 12/2008. Em vigor as contribuições extraordinárias para equacionamento de responsabilidade das Patrocinadoras e dos Participantes;
- Para o Exercício de 2012, as contribuições extraordinárias ajustadas atuarialmente foram fixadas em 2,9% (dois inteiros e nove décimos por cento) do salário de contribuição dos participantes, para equacionamento do déficit técnico, conforme previsto no parágrafo 1º do Artigo 86, do Regulamento do Plano de Renda Vinculada – PRV com Saldamento. Essa contribuição é devida individualmente, até o participante entrar em gozo do benefício saldado de suplementação, e deverá ser acrescida anualmente em 0,4%;
- As Patrocinadoras também só contribuirão paritariamente enquanto os participantes contribuírem;
- A sucessão dessas contribuições encontra-se em progressão aritmética, cujo primeiro termo é 2,9% e a razão, 0,4%;
- Anualmente, ao final de cada exercício, essas contribuições serão ajustadas atuarialmente de modo que seja preservado o equilíbrio técnico do Plano.

• 3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev – Prevdata estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009 revogada pela Resolução CNPC n.º 08 de 31 de Outubro de 2011, Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n.º 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazos, nem a apresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observada as gestões previdencial, assistencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27. A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Outras características apresentadas nas demonstrações contábeis da Prevdata: Balancetes por Plano de Benefícios Previdenciais, Balancetes do Plano de Gestão Administrativa, Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação das demonstrações contábeis e Balancete Consolidado.

Em decorrência da aprovação da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, que dispôs sobre os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs, a Prevdata passou a apresentar em suas demonstrações contábeis a “Demonstração da Mutação do Patrimônio Social”.

• 4. Principais Práticas Contábeis, Itens Avaliados e Critérios Adotados

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/ Variações Negativas

As adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre o capital próprio recebido em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

b) Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com as pensões de dependentes.

Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2012 e 2011, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

Provisões Matemáticas a Constituir – Em face do saldamento do Plano de Benefício Definido, a patrocinadora Dataprev assumiu parte do custo deste saldamento, e a outra parte, será paga de forma paritária. A parcela referente ao Serviço Passado será integralmente paga pela Dataprev e a parte referente ao Déficit Equacionado, será quitada paritariamente entre os participantes e a patrocinadora. O Serviço Passado refere-se ao montante de recursos que deveriam ter sido aportados pela Patrocinadora, em exercícios anteriores, e que são necessários para constituir as reservas matemáticas. O valor referente ao Déficit Equacionado corresponde ao montante de recursos indispensáveis para promover o equilíbrio do plano, de forma a recompor as reservas necessárias para o cumprimento dos compromissos previdenciários.

d) Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

d.l) Investimentos: a provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, Anexo “A” da Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimos aos participantes é constituída com

base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, Anexo “A” da Instrução SPC n.º. 34 de 24 de setembro de 2009.

e) Ativo Realizável – Fluxo dos Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são os seguintes:

e.I) Renda Fixa.

Os investimentos em Renda Fixa estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata temporis até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas. As Rendas / Variações Positivas e Deduções / Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Com base na Instrução Normativa nº 365/2002, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, os fundos contabilizam seus ativos pelo valor de mercado e não mais pelo valor de vencimento (curva do papel). Posteriormente, a CVM emitiu a Instrução Normativa nº 375/2002, alterando os critérios de marcação a mercado para os fundos de investimentos.

De acordo com as novas regras, os Administradores dos fundos de pensão podem marcar os títulos pré e pós-fixados e com vencimento superior a 365 dias pelo valor de aquisição, acrescido da rentabilidade acumulada desde a data da aquisição.

Conforme disposto na Resolução CGPC nº 22 de 25/09/2006, que alterou a Resolução CGPC nº 04/2002, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação, de que trata o inciso I do artigo 1º, devem ser ajustados pelo valor de mercado, no mínimo por ocasião dos balancetes mensais, balanços e demonstrativos de investimentos dos planos administrados pela entidade fechada de previdência complementar.

e.II) Renda Variável.

As ações são contabilizadas pelos custos de aquisições, acrescidos das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, e avaliadas pelo valor de fechamento de mercado do último dia útil de cada mês.

A diferença apurada entre o valor contábil e a avaliação pelo valor de fechamento de mercado é registrada em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, admitindo-se a compensação.

As vendas de ações no mercado à vista são registradas pelo valor líquido, abatendo-se do valor de venda as taxas e corretagens. As devoluções de corretagens provenientes das operações de compra de ações são abatidas dos respectivos custos de aquisição.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da Assembleia Geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor. A avaliação dos ativos de renda variável observa a legislação estabelecida pela CVM.

e.III) Operações com cotas de fundos de investimento.

A aquisição de cotas de fundos de investimentos é contabilizada pelo valor efetivamente desembolsado, incluindo, quando for o caso, taxas e emolumentos. A avaliação das cotas dos fundos de investimentos observa a legislação estabelecida pela CVM. A diferença apurada entre o valor contábil e a avaliação da cota é registrada em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, admitindo-se a compensação.

e.IV) Investimentos Imobiliários.

São registrados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustados pelo valor das reavaliações efetuadas e deduzidas da depreciação, calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil de cada bem estabelecido nos laudos de avaliação.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos imobiliários (Valores a Receber) é constituída com

base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, Anexo “A” da Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009.

e.V) Operações com Participantes e Assistidos.

As operações seguem os modelos tradicionais de mercado, propiciando rentabilidade compatível com a meta atuarial da entidade. Os empréstimos são regulados pela legislação pertinente às Entidades Fechadas de Previdência Complementar e por Instrução Previdata, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Em atendimento aos Normativos Legais e decisões internas datadas de 21 de maio de 2012, a carteira de empréstimos aos participantes e assistidos é remunerada pelas taxas de juros da seguinte forma:

- prazo de pagamento de até 12 (doze) meses, a taxa de juros será de 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) ao mês;
- prazo de pagamento entre 13 (treze) e 36 (trinta e seis) meses, a taxa será de 0,62% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao mês;
- prazo de pagamento entre 37 (trinta e sete) e 60 (sessenta) meses, a taxa de juros mensais cobrada será de 0,70% (setenta centésimos por cento) ao mês.

Sobre os saldos devedores incidem as referidas taxas de juros mensais e atualização monetária pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). A aplicação da taxa de juros mensais é feita pela Tabela Price.

A referida norma estabelece parcelamentos máximos conforme faixa etária e define percentuais diferenciados do Fundo de Liquidação de Empréstimo, variando em função da idade e do prazo de parcelamento, como abaixo:

Prazo										
Idade	Até 12 meses		13 a 24 meses		25 a 36 meses		37 a 48 meses		49 a 60 meses	
	% sobre novo recurso	% sobre saldo novado	% sobre novo recurso	% sobre saldo novado	% sobre novo recurso	% sobre saldo novado	% sobre novo recurso	% sobre saldo novado	% sobre novo recurso	% sobre saldo novado
	Menor que 55	1	0,1	1,35	0,1	2,4	0,1	2,5	0,1	3
55 a 59 anos	1,55	0,2	1,75	0,2	2,5	0,2	2,6	0,2	3,5	0,2
60 a 64 anos	1,65	0,3	1,85	0,3	2,6	0,3	2,7	0,3	4,5	0,3
65 a 69 anos	1,75	0,4	1,95	0,4	2,7	0,4	2,8	0,4		
70 a 74 anos	1,85	0,5	2,05	0,5	2,8	0,5				
75 a 79 anos	2,95	0,6	3,15	0,6						
80 ou mais	4,05	0,7								

Cerimônia de Desligados PDI/Dataprev, no Cosme Velho/RJ.



e.VI) Operações com Patrocinadoras

A Prevdta não possui operações de empréstimos à Patrocinadora.

f) Permanente**f.I) Imobilizado**

Está demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Fundação são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimado na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Alíquota Anual
Instalação em Geral	10%
Instalações Elétricas	20%
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Sistema de Comunicação	10%
Sistema de Segurança	10%
Computadores e Periféricos	33,3%

f.II) Diferido

O ativo diferido está representado pela aquisição do direito de uso de software.

Os custos de desenvolvimento de programas computacionais registrados no grupo “diferido” foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 – com exceção dos valores referentes a programas e custos correlatos, cuja amortização foi iniciada após a conclusão de sua implantação no prazo de 60 meses.

Os demais itens registrados nesse grupo de contas como, por exemplo, os projetos de melhoria da logística e do operacional da Entidade, estão sendo amortizados de acordo com a temporalidade que beneficiará os exercícios sociais subsequentes.

Em conformidade com a Resolução CNPC n.º 08, de 31 de Outubro de 2011, e instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, o saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009, permanecerá nesta classificação até sua completa amortização, não sendo permitida a inclusão de novos valores no referido grupo contábil. No registro contábil das amortizações, a Prevdta observa as seguintes regras:

- A amortização do intangível e do diferido é contabilizada mensalmente, como redutora, em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida a conta de resultado do PGA;
- A amortização é calculada pelo método linear; e
- A amortização do intangível e do diferido independe da existência do resultado do PGA.

g) Provisão de Férias e 13º Salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, e o 13º salário são provisionados no Plano de Gestão Administrativa segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

h) Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos critérios a seguir:

- Efetivar o registro da provisão no Passivo dos Planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e
- Existindo depósito judicial este deverá ser registrado na conta Depósitos Judiciais Recursais.

i) Receitas Administrativas

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CNPC n.º 08, de 31 de Outubro de 2011, GCPC n.º 29, de

31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Prevdato são debitadas aos Planos Previdenciais, em conformidade com o plano de custeio vigente.

j) Operações Administrativas

Em conformidade com as Resoluções CNPC nº 08, de 31 de Outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimento e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos sobre as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Prevdato utiliza os critérios a seguir:

- Receitas: alocadas diretamente em cada um dos planos originários, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas Específicas: alocadas diretamente ao plano que as originou;
- Despesas Comuns: utilização de critério do rateio que leva em consideração a ponderação entre o número de participantes e assistidos, modalidade do plano e seus benefícios. São a base para a apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns.

Segundo o Plano de Gestão Administrativa:

“Artigo 8º As despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios serão custeadas integralmente pelo respectivo plano, não cabendo rateio entre os demais planos..,

Artigo 9º As despesas administrativas comuns serão custeadas pelos Planos de Benefícios por meio de critério de rateio, de acordo com a seguinte metodologia:

§ 1º As despesas administrativas previdenciais serão custeadas pelos Planos de Benefícios administrados pela Prevdato, na proporção dos recursos garantidores de cada um Plano no total de recursos administrados pela Prevdato;

§ 2º As despesas administrativas de investimentos serão custeadas pelos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, na proporção dos recursos garantidores de cada um Plano no total de recursos administrados pela Prevdato...”

A Entidade também constitui fundo administrativo próprio com recursos provenientes das receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Prevdato, e está em conformidade com a Resolução GCPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

Reunião com candidatos - Eleição Prevdato 2012.



• 5. Realizável da Gestão Previdencial

É composto pelos seguintes grupos de Contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são apresentados a seguir:

5.I) Plano PRV Saldado

Programa Previdencial - Ativo	2012	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil
Recursos a receber		
Contribuições do mês	8	18
Contribuições em atraso e sobre 13º salário	262	197
Contribuições contratadas	1.274	1.227
Outros (c)	376	-
Adiantamentos		
Adiantamentos p/conta de Benefícios	2	1
Depósitos Judiciais/Recursais		
Depósitos Judiciais/Recursais	2.429	2.568
Outros Realizáveis		
Benefícios a recuperar – revisão de benefício	749	729
(-)Provisão PRV P/Liquidação Duvidosa (a)	(235)	(246)
Benefícios a recuperar – elasticidade teto	3.314	3.859
(-)Provisão Elasticidade Ind. P/Liquidação Duvidosa (b)	(1.514)	(1.914)
Benefícios a recuperar – elasticidade teto – outros	40	116
Depósitos judiciais a recuperar	46	30
Total Programa Previdencial - Ativo	6.751	6.585

Foi constituída Provisão para Liquidação Duvidosa (conforme letras (a) e (b) do demonstrativo acima), tendo em vista que a longevidade das amortizações dos saldos devedores não constitui em garantia efetiva de recebimento.

Outros em Recursos a Receber R\$ 376 (c) refere-se ao cálculo de custeio feito a maior e repassado ao Plano de Gestão Administrativo a ser ressarcido ao PRV no exercício seguinte

5.II) Plano de Contribuição Variável - CV-Prevdta II

Programa Previdencial – Ativo	2012	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil
Recursos a receber		
Contribuições do mês	4.668	3.723
Contribuições em atraso	11	4
Outros Recursos a Receber	1	12
Total Programa Previdencial – Ativo	4.680	3.739

• 6. Realizável da Gestão Administrativa PGA

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

Programa Gestão Administrativa – Ativo	2012	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil
Recursos a receber		
Contribuições para Custeio	192	299
Outros Recursos a Receber	6	223
Despesas Antecipadas	73	97
Outros Realizáveis	564	3
Programa Gestão Administrativa – Ativo	835	622

• 7. Realizável dos Investimentos

Em atenção ao disposto na legislação em vigor, os títulos e valores mobiliários abaixo demonstrados foram classificados nas categorias de Títulos para Negociação e a Vencimento. O valor de mercado dos recursos administrados por instituições financeiras é apurado de acordo com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

A seguir apresentamos a distribuição dos ativos em 2012 em comparação ao exercício de 2011.

a) Programa de Investimento Consolidado.

Segmento de Aplicação	2012		2011	
	Valor R\$ Mil (*)	Distrib	Valor R\$ Mil (*)	Distrib
Títulos Públicos Federais	148.450	24,07%	179.130	34,20%
Créditos Privados e Depósitos	195.895	31,76%	152.811	29,17%
Renda Variável	57.587	9,34%	56.859	10,86%
Fundos de Investimentos	162.997	26,42%	86.662	16,55%
Investimento Imobiliário	5.111	0,83%	2.690	0,51%
Empréstimos	46.302	7,51%	44.854	8,56%
Depósitos Judiciais Recursais	529	0,09%	529	0,10%
Outros realizáveis	-	0,00%	256	0,05%
Total	616.872	100%	523.791	100%

(*) Ativo Realizável: Valor do programa de investimentos.

Apuração dos votos - Eleição Prevdato 2012.



b) Plano PRV Saldado.

Segmento de Aplicação	2012		2011	
	Valor R\$ Mil (*)	Distrib	Valor R\$ Mil (*)	Distrib
Títulos Públicos Federais	140.084	27,23%	171.216	37,55%
Créditos Privados e Depósitos	142.668	27,73%	106.756	23,41%
Renda Variável	47.257	9,19%	48.125	10,55%
Fundos de Investimentos	136.374	26,51%	82.815	18,16%
Investimento Imobiliário	5.111	0,99%	2.690	0,59%
Empréstimos	42.470	8,25%	43.586	9,56%
Depósitos Judiciais Recursais	529	0,10%	529	0,05%
Outros realizáveis	-	0,00%	230	0,12%
Total	514.493	100,00%	455.946	100,00%

(*) Ativo Realizável: Valor do programa de investimentos.

c) Plano de Contribuição Variável CV-Prevdada II.

Segmento de Aplicação	2012		2011	
	Valor R\$ Mil (*)	Distrib	Valor R\$ Mil (*)	Distrib
Títulos Públicos Federais	5.768	6,22%	5.443	9,17%
Créditos Privados e Depósitos	48.404	52,20%	40.909	68,92%
Renda Variável	10.331	11,14%	8.734	14,71%
Fundos de Investimentos	24.385	26,30%	2.975	5,01%
Empréstimos	3.832	4,13%	1.268	2,14%
Outros realizáveis	0	0,00%	26	0,04%
Total	92.720	100%	59.355	100%

(*) Ativo Realizável: Valor do programa de investimentos.

d) Plano de Gestão Administrativa PGA.

Segmento de Aplicação	2012		2011	
	Valor R\$ Mil (*)	Distrib	Valor R\$ Mil (*)	Distrib
Títulos Públicos Federais	2.598	26,89%	2.471	29,10%
Créditos Privados e Depósitos	4.823	49,93%	5.146	60,62%
Fundos de Investimentos	2.239	23,18%	873	10,28%
Total	9.659	100%	8.490	100%

(*) Ativo Realizável: Valor do programa de investimentos.

7.I) Renda Fixa

a) Programa de Investimento Consolidado:

Ativos em Carteira	Principal (*)	2012 R\$ (*)	2011 R\$ (*)
Notas do Tesouro Nacional (NTNB e NTN F)	126.451	148.450	179.130
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	60.187	60.746	23.053
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	78.580	105.339	103.111
Letras Financeiras	24.600	29.757	26.647
Debêntures Vale S.A	-	53	-
Total	289.818	344.344	331.941

(*) Ativo Realizável: Valor do programa de investimento

b) Carteira do Plano PRV Saldado

Ativos em Carteira	Principal R\$ (*)	2012 R\$ (*)	2011 R\$ (*)
Notas do Tesouro Nacional (NTNB e NTN F)	119.156	140.084	171.216
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	42.241	42.602	14.211
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	55.353	73.730	69.192
Letras Financeiras	21.600	26.283	23.353
Debêntures Vale S.A	-	53	-
Total	238.350	282.752	277.972

(*) Ativo Realizável: Valor do programa de investimentos

b.I) Notas do Tesouro Nacional - Vencimento e Precificação

Título	Vencimento	Principal R\$ (*)	2012 R\$	Precificação
NTN B	15/05/2013	4.404	5.832	Marcado a Mercado
NTN B	15/05/2013	9.155	12.008	Mantidos até o Vencimento
NTN B	15/05/2013	8.592	10.893	Marcado a Mercado
NTN B	15/08/2014	31.533	39.028	Mantidos até o Vencimento
NTN B	15/08/2014	3.466	4.281	Mantidos até o Vencimento
NTN B	15/08/2020	5.322	6.294	Mantidos até o Vencimento
NTN B	15/08/2020	13.485	15.847	Mantidos até o Vencimento
Sub Total NTN B		75.956	94.182	
NTN F	01/01/2013	3.150	3.303	Marcado a Mercado
NTN F	01/01/2013	3.145	3.298	Marcado a Mercado
NTN F	01/01/2013	25.675	26.921	Marcado a Mercado
NTN F	01/01/2017	2.230	2.459	Marcado a Mercado
NTN F	01/01/2017	9.000	9.922	Marcado a Mercado
Sub Total NTN F		43.200	45.902	
Totais títulos públicos		119.156	140.084	

Observação : Não houve alteração na precificação dos investimentos.

(*) Ativo Realizável: Valor do programa de investimentos.

b.II) Certificados de Depósitos Bancários – CDB, Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE e Letras Financeiras

Título	Vencimento	Principal R\$ (*)	2012 R\$	Precificação
CDB pós-fixado DI	Jan/2013	880	900	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Jan/2013	250	255	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Jan/2013	200	204	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Jan/2013	2.485	2.530	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Jan/2013	2.485	2.530	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Jan/2013	100	102	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Fev/2013	4.063	4.129	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Fev/2013	4.063	4.129	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Fev/2013	1.300	1.320	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Abr/2013	3.775	3.792	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Abr/2013	1.225	1.230	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Abr/2013	1.750	1.757	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Abr/2013	6.380	6.400	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Abr/2013	6.380	6.400	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Abr/2013	5.650	5.667	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Abr/2013	590	592	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Abr/2013	140	140	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Abr/2013	525	527	Mantidos até o Vencimento
Total CDB		42.241	42.602	
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Dez/2014	8.800	13.429	Mantidos até o Vencimento
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Jan/2015	3.900	5.901	Mantidos até o Vencimento
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Fev/2015	5.830	8.573	Mantidos até o Vencimento
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Abr/2015	1.500	2.130	Mantidos até o Vencimento
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Nov/2015	5.093	6.621	Mantidos até o Vencimento
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Dez/2015	1.180	1.507	Mantidos até o Vencimento
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Mar/2016	10.000	12.220	Mantidos até o Vencimento
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Mai/2016	10.000	12.357	Mantidos até o Vencimento
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Jul/2016	9.050	10.992	Mantidos até o Vencimento
Total DPGE		55.353	73.730	
Letras Financeiras pós-fixadas IPCA + Juros	Out/2017	3.000	3.474	Mantidos até o Vencimento
Letras Financeiras pós-fixadas IPCA + Juros	Mai/2017	9.300	11.434	Mantidos até o Vencimento
Letras Financeiras pós-fixadas IPCA + Juros	Mai/2018	9.300	11.375	Mantidos até o Vencimento
Totais Letras Financeiras		21.600	26.283	
Totais títulos privados		119.194	142.615	

Observação : Não houve alteração na precificação dos investimentos.

(*) Ativo Realizável: Valor do programa de investimentos

c) Plano de Contribuição Variável - CV-Prevdato II

Ativos em Carteira	Principal R\$ Mil (*)	2012 R\$ Mil (*)	2011 R\$ Mil (*)
Notas do Tesouro Nacional (NTNB e NTN F)	5.095	5.768	5.443
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	15.467	15.642	6.954
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	22.467	30.446	31.759
Letras Financeiras	2.000	2.316	2.196
Total	45.029	54.172	46.352

(*) Ativo Realizável: Valor do programa de investimentos

c.l) Notas do Tesouro Nacional - Vencimento e Precificação

Título	Vencimento	Principal R\$ Mil (*)	2012 R\$ Mil	Precificação
NTN B	15/08/2014	135	183	Mercado a Mercado
NTN B	15/08/2020	680	1.012	Mercado a Mercado
Sub Total NTN B		815	1.195	
NTN F	01/01/2013	1.380	1.447	Mercado a Mercado
NTN F	01/01/2014	2.500	2.686	Mercado a Mercado
NTN F	01/01/2017	400	441	Mercado a Mercado
Sub Total NTN F		4.280	4.574	
Total NTN B e F		5.095	5.768	

Observação : Não houve alteração na precificação dos investimentos.

(*) Ativo Realizável: Valor do programa de investimentos



Atendimento Prevdato.



Dia das Mulheres 2012.

c.II) Certificados de Depósitos Bancários – CDB, Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE, e Letras Financeiras

Título	Vencimento	Principal R\$ Mil (*)	2011 R\$ Mil	Precificação
CDB pós-fixado DI	Jan/2012	11.745	11.891	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Fev/2012	757	769	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Mar/2014	1.335	1.345	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Abr/2012	1.630	1.637	Mantidos até o Vencimento
Total CDB		15.467	15.642	
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Dez/2014	2.650	4.045	Mantidos até o Vencimento
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Jan/2015	2.500	3.758	Mantidos até o Vencimento
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Fev/2015	2.650	3.909	Mantidos até o Vencimento
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Abr/2015	1.000	1.420	Mantidos até o Vencimento
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Jun/2015	1.000	1.407	Mantidos até o Vencimento
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Nov/2015	4.412	5.736	Mantidos até o Vencimento
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Dez/2015	2.305	2.944	Mantidos até o vencimento
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Jul/2016	5.950	7.227	Mantidos até o Vencimento
Total DPGE		22.467	30.446	
Letras Financeiras pós-fixadas IPCA + Juros	Out/2017	2.000	2.316	Mantidos até o Vencimento
Totais títulos privados		39.934	48.404	

Observação: Não houve alteração na precificação dos investimentos.

(*) Ativo Realizável: Valor do programa de investimentos

d) Plano de Gestão Administrativa PGA

Ativos em Carteira PGA	Principal R\$ Mil(*)	2012 R\$ Mil(*)	2011 R\$ Mil(*)
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	2.199	2.598	2.471
Certificados de Depósitos Interbancários (CDB)	2.479	2.503	1.888
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	760	1.162	2.160
Letras Financeiras	1.000	1.158	1.098
Total	6.438	7.421	7.617

(*) Ativo Realizável: Valor do programa de investimentos.

Qualificação dos empregados da Prevdata.



d.I) Notas do Tesouro Nacional - NTN, Certificados de Depósitos Bancários – CDB, Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE, e Letras Financeiras

Título PGA	Vencimento	Principal R\$ Mil (*)	2012 R\$ Mil	Precificação
NTN B	Mai/2013	929	1.229	Mantidos até o Vencimento
NTN F	Jan/2014	1.100	1.182	Marcado a Mercado
NTN F	Jan/2017	170	187	Marcado a Mercado
Total NTN F e B		2.199	2.598	
DPGE pós-fixado IPCA + Juros	Dez/2014	760	1.162	Mantidos até o Vencimento
Letras Financeiras pós-fixadas IPCA + Juros	Out/2017	1.000	1.158	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Jan/2013	2.029	2.050	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Fev/2013	150	152	Mantidos até o Vencimento
CDB pós-fixado DI	Abr/2013	300	301	Mantidos até o Vencimento
Total CDB		2.479	2.503	
Total		6.438	7.421	

Observação : Não houve alteração na precificação dos investimentos.

(*) Ativo Realizável: Valor do programa de investimentos

7.II) Renda Variável

A seguir, apresentamos a distribuição dos ativos em 2012 em comparação ao exercício de 2011, exceto para o Plano de Gestão Administrativa PGA, em vista que esse plano não possui alocação no segmento.

a) Plano PRV Saldado.

Ativos em Carteira	Custo R\$ Mil	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
Carteira própria de ações à vista, iniciada em 25/07/2007. O principal objetivo da carteira é obter rentabilidade a partir do posicionamento em ativos de maior perspectiva de valorização, independente dos pesos destes ativos em índices de referência, por exemplo, IBrX e Ibovespa.	55.620	47.101	47.929
Direitos a receber (Dividendos, bonificações, etc.)		156	196
Ações de Balcão e Baixa de Liquidez em Bolsa, adquiridas na ocasião pela gestão que estava à frente da Prevdato de 01/1995 a 03/1998, provisionadas a perda desde 2004.	10.211	7.962	7.962
Provisão para perdas	(10.211)	(7.962)	(7.962)
Total	55.620	47.257	48.125

b) Plano de Contribuição Variável CV-Prevdata II

Ativos em Carteira	Custo R\$ Mil	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
Carteira própria de ações iniciada em 05/10/2009: O principal objetivo da carteira é obter rentabilidade a partir do posicionamento em ativos que tenham boa política de distribuição de dividendos, e dentre esses, aqueles que tenham perspectiva de valorização acima dos demais. O posicionamento da Prevdata nessa carteira independe dos pesos destes ativos em índices de referência, como IBrX e o Ibovespa. Contudo, somente serão selecionados os ativos que estejam presentes nas carteiras teóricas dos principais índices do segmento de renda variável, bem como indicados por avaliação de consultoria especializada.	8.095	10.287	8.699
Direitos a receber (Dividendos, bonificações, etc.)		43	35
Total	8.095	10.330	8.734

7.III) Provisões para perda de investimentos em ações

a) Plano de Benefício Definido PRV Saldado.

No exercício de 2012 as provisões somam o valor de R\$ 7.962. Em 31 de dezembro de 2004, ano em que houve a provisão referente a ações de baixa liquidez e ações adquiridas em mercado de balcão, o montante era de R\$ 13.008. Esses ativos foram adquiridos na gestão compreendida entre janeiro de 1995 e março de 1998 e estavam em desacordo à legislação vigente.

Os seguintes ativos compõem o montante provisionado:

Empresa	Custo R\$ Mil	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
Aço Palma S/A - PNC	2.400	(2.142)	(2.142)
Autel Telecomunicação S/A - PN	1.038	(843)	(843)
Centrais Elétricas do Piauí S/A - PN	765	(765)	(765)
Empresa Baiana de Saneamento S/A – PN	2.720	(3.606)	(3.606)
Metanor S/A – PN	488	(366)	(366)
Minaço S/A - PN	2.800	(240)	(240)
Total	10.615	(7.962)	(7.962)

b) Leilão de ações.

A Entidade optou por realizar a venda das ações mencionadas no item (a) por meio de leilões extrajudiciais através de leiloeiro oficial, devido às alienações de ações do mercado de balcão não poderem ser feitas por meio de pregão eletrônico, em face das empresas não serem listadas em bolsa de valores ou em mercados organizados. A Prevdata realizou leilões nos exercícios de 2004 a 2009. No exercício de 2012 a entidade não realizou leilão devido às condições negativas do segmento de renda variável. Pelas dificuldades encontradas na colocação dos ativos que ainda se encontram em carteira desde o primeiro leilão, a Entidade aguardará um melhor momento de mercado para realizar novo leilão evitando custos sem perspectiva de cobertura.

O último leilão realizado ocorreu em 12/11/2009 quando foram apregoadas todas as ações provisionadas à perda no exercício de 2004 que ainda estão em posse da Entidade. A realização do leilão foi aprovada nas 342ª e 343ª reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo.

7.IV) Fundos

A seguir, apresentamos a distribuição dos ativos em 2012 em comparação ao exercício de 2011.

a) Plano PRV Saldado

Fundos PRV	Principal R\$ Mil (*)	2012 R\$ Mil (*)	2011 R\$ Mil (*)
Referenciados	11.590	14.250	6.960
Renda Fixa	3.357	3.635	949
Ações	58.623	63.789	58.491
Multimercados	38.459	41.994	16.415
Participações	3.900	3.999	-
Índice de Mercado	8.264	8.707	-
Total	124.193	136.374	82.815

b) Plano de Contribuição Variável CV-Prevdato II

Fundos CV	Principal R\$ Mil (*)	2012 R\$ Mil (*)	2011 R\$ Mil (*)
Referenciados	7.645	8.699	2.433
Renda Fixa	4.352	4.515	542
Ações	2.097	2.390	-
Participações	2.200	2.261	-
Multimercado	6.260	6.520	-
Total	22.554	24.385	2.975

c) Plano de Gestão Administrativa

Fundos PGA	Principal R\$ Mil (*)	2012 R\$ Mil (*)	2011 R\$ Mil (*)
Referenciados	1.146	1.396	736
Renda Fixa	442	481	136
Multimercado	360	361	-
Total	1.948	2.238	872

7.V) Imóveis

a) Plano PRV Saldado

Classificação por tipo de edificação	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil	Situação
Edificações para Uso Próprio	5.111	2.596	Imóveis situados a Av. Rio Branco nº 108, 12º e 13º andares.
Edificações <i>Locadas a Terceiros</i>	648	648	
(-)Provisão para perda <i>Locados a Terceiros</i>	(648)	(648)	Processos judiciais
Participações em <i>Shopping Centers</i>	205	299	
(-)Provisão para perda <i>Shopping Centers</i>	(205)	(205)	
Total	5.111	2.690	

Reavaliações de imóveis:

As Reavaliações dos Imóveis, abaixo informados, foram feitas de acordo com a Legislação CNPC nº 08 de 31 de Outubro de 2011, pelo Avaliador Paulo Roberto Furtado Junger, registro profissional no CREA sob o nº 46.053-D-RJ e, Registro Técnico ART nº IN00924344 CREA/RJ. O Registro Contábil da Reavaliação ocorreu em 20/12/2012.

Imóvel Situado à Av. Rio Branco 108 12º andar – Centro – Rio de Janeiro -RJ.

Valor Contábil até a Data da Reavaliação: R\$ 1.269

Valor da Reavaliação: R\$ 2.560

Resultado da Reavaliação: R\$ 1.291

Vida útil Remanescente: 25 (vinte e cinco) anos

Conta Contábil Relacionada: 1236.04.01.02 e 1236.04.01.04

Data da Reavaliação: 20/12/2012

Imóvel Situado à Av. Rio Branco 108 13º andar – Centro – Rio de Janeiro - RJ.

Valor Contábil até a Data da Reavaliação: R\$ 1.269

Valor da Reavaliação: R\$ 2.560

Resultado da Reavaliação: R\$ 1.291

Vida útil Remanescente: 25 (vinte e cinco) anos

Conta Contábil Relacionada: 1236.04.01.02 e 1236.04.01.04

Data da Reavaliação: 20/12/2012

Negociação de imóveis:**Venda do Imóvel Situado à Estrada das Marinas, 91, sala 335 (Shopping Piratas Mall) – Praia do Jardim – Angra dos Reis - RJ.**

Valor Contábil até a Data da venda: R\$ 92

Valor da venda: R\$ 90

Resultado da venda: R\$ (2)

Conta Contábil Relacionada: 1236.04.01.02 e 1236.04.01.04

Data da venda: 16/08/2012

b) Valores a receber do segmento de imóveis do Plano PRV Saldado

No exercício, a Prevdata possuía provisões no montante de R\$ 853 mil, referentes a Valores a Receber registrados na carteira imobiliária. Abaixo estão relacionadas às ações judiciais onde são pleiteados os referidos recebimentos:

- Processo judicial nº 1999.38.00.008.511-1, contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente à locação do imóvel situado à rua São Paulo nº 322, Belo Horizonte - MG, locado até agosto de 1999 e alienado pela Prevdata em fevereiro de 2002. De acordo com o consultor jurídico da Entidade, foram julgados procedentes, em parte, os pedidos inaugurais para fixar o valor locatício em R\$ 23, calculado a partir de agosto de 1999. Em função da redução do prazo total da locação, sentenciado pelo juízo, em 03 de novembro de 2003 a Prevdata interpôs apelação e aguarda decisão do juízo. Atualmente, a apelação está pendente de julgamento perante o TRF da 1ª Região. Recurso recebido pelo Tribunal em 27.01.2011.
- Processos judiciais nº 2006.51.01.001.191-2 e 2006.51.01.0662-5 referentes à cobrança de multas e juros em decorrência de atrasos no pagamento de aluguéis, do imóvel situado à rua Voluntários da Pátria nº 138/SL, locado ao INSS no período de 2000 a 2007, previstos no contrato de locação entre as partes.

7.VI) Empréstimos

a) Plano de Benefício Definido PRV Saldado

Participantes e Assistidos	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
	42.470	43.586

b) Plano de Contribuição Variável CV-Prevdato II

Participantes e Assistidos	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
	3.832	1.268

• 8. Custeio administrativo

O valor correspondente ao custeio administrativo é calculado atuarialmente pelo atuário do plano de benefícios e repassado ao Plano de Gestão Administrativa PGA mensalmente, conforme mencionado no item 4 (i) e (j) destas Notas Explicativas.

Em atendimento ao estabelecido no art. 3º da Resolução 29/2009, as fontes do custeio administrativo, são as seguintes: (i) contribuição dos participantes e assistidos; (ii) contribuições dos participantes, patrocinadores e instituidores; (iii) reembolso dos patrocinadores e instituidores; (iv) resultado dos investimentos; (v) receitas administrativas; (vi) fundo administrativo; (vii) dotação inicial e (viii) doações. Vale observar que os três últimos itens (fundo administrativo, dotação inicial e doações) não são computados na composição dos limites para a cobertura das despesas administrativas.

Em relação ao Plano Saldado de Benefício Definido, para sobrecarga administrativa do Passivo do Plano, das contribuições extraordinárias e das prestações mensais decorrentes do Termo de Compromisso, foram deduzidos, no exercício de 2012, 15% (quinze por cento) para custeio administrativo, conforme previsto no Regulamento do Plano. Também, nesse exercício, sobre eventuais aportes extraordinários relativos ao Termo de Compromisso houve dedução para custeio administrativo de 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento). Para custeio da sobrecarga administrativa do Ativo do Plano incide 0,042%, sobre o patrimônio garantidor deste Plano, no último dia de cada mês, equivalendo aproximadamente a 0,5% ao ano, sendo mantida a base de cálculo do exercício anterior. Para formação do Fundo Administrativo, a ser transferido ao PGA, incide 0,017%, sobre o patrimônio garantidor do Plano, no último dia de cada mês, equivalendo aproximadamente a 0,2% ao ano, com vigência a partir de março de 2011. Dos benefícios dos assistidos e beneficiários de pensão por morte, foram fixados, os percentuais descritos a seguir: Sobre as suplementações de aposentadoria e pensão por morte, até R\$ 500,00, incide alíquota de 0,33% e, cumulativamente, sobre a parcela excedente a R\$ 500,00, incide alíquota de 0,44%.

Em relação ao Plano de Contribuição Variável, para a gestão do Passivo do Plano, o custeio da sobrecarga administrativa, nesse exercício de 2012, corresponde a 3% das Contribuições Normais Básicas. No exercício de 2012, a partir de março, foram implementados os percentuais de 1% das Contribuições Adicionais de participante e 0,25 % do valor Portado. Para a gestão do Ativo do Plano, incide sobre o Ativo Líquido do Plano, no último dia útil do mês, o percentual de 0,042%. Para formação do Fundo Administrativo, a ser transferido ao PGA, incide 2% sobre as Contribuições Normais Básicas do Participante e da Patrocinadora.

A Resolução CGPC nº 29/2009 determina que existem limites a serem observados na definição do custeio administrativo. Tais limites deverão ser definidos pelo Conselho Deliberativo. O referido Conselho da Entidade aprovou a Taxa de Carregamento de até 9% (nove por cento), como limite anual de recursos destinados pelo conjunto dos planos de benefícios para o Plano de Gestão Administrativa, observado o custeio pelos patrocinadores, participantes e assistidos, conforme disposto no Item II, do Art. 6º da Resolução retromencionada.

O cálculo da Taxa de Carregamento é realizado com base no montante que resulta da soma das contribuições dos patrocinadores e dos participantes e dos benefícios pagos pelos planos no exercício social no último dia do exercício a que se referir.

Na hipótese das fontes de custeio estabelecidas pelo Conselho Deliberativo apresentarem-se superiores às despesas administrativas incorridas no período, em atendimento à legislação vigente, este “excesso” é alocado no Fundo Administrativo do respectivo plano. Em caso contrário, ou seja, as fontes de custeio mostrarem-se inferiores às despesas administrativas incorridas, a Prevdta poderá se utilizar da reversão do Fundo Administrativo, a qual não entra no cálculo do limitador de custeio administrativo, de acordo com a legislação em vigor.

As entidades que não estiverem enquadradas aos termos do citado art. 6º, se encontram inseridas nas disposições do art. 15 da Norma em comento, a qual estabelece um prazo de 60 (sessenta) meses para a adequação a partir de 1º de janeiro de 2010, início de sua vigência. Para tanto, o parágrafo único do referido art. 15 da Resolução CGPC nº 29/2009, determina que o limite de destinação dos recursos para o Plano de Gestão Administrativa, até o efetivo enquadramento, deverá ser calculado com base no exercício de 2009.

O enquadramento legal a Prevdta no exercício de 2012 utilizou os efeitos do disposto no art. 15 da Resolução CGPC nº 29/2009, que determina que o limite de destinação dos recursos para o Plano de Gestão Administrativa, até o efetivo enquadramento, deverá ser calculado com base no exercício de 2009, cujo montante corresponde a R\$ 8.808.

Na tabela abaixo demonstramos os recursos destinados ao Plano de Gestão Administrativa em 2012.

Fonte de Custeio	2012 R\$ Mil
Contribuições de Patrocinadores	5.307
Contribuições de Participantes	1.413
Autopatrocínios	22
Remuneração das Contribuições em Atraso	3
Custeio dos Investimentos	1.857
Taxa de administração	4
Recuperação de Despesas (Outras Receitas)	202
Total	8.808

• 9. Permanente

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Permanente - Gestão Administrativa	2012	2011
	R\$ Mil	R\$ Mil
Imobilizado	257	313
Operacional Corpóreo	257	313
Bens móveis	257	313
Instalações	58	65
Móveis e Utensílios	127	143
Máquinas e Equipamentos	33	44
Computadores e Periféricos	39	60
Intangível	17	20
Gastos com Implantação Reorganização e Desenvolvimento	17	20
Diferido	4	7
Gastos com Implantação Reorganização e Desenvolvimento	4	7
Permanente - Total	278	340

• 10. Exigível Operacional

Os compromissos do Exigível Operacional em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estão assim demonstrados:

10.I) Plano PRV Saldado

Exigível Operacional	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
Gestão Previdencial	3.476	3.593
Benefícios a Pagar	17	64
Retenções a Recolher	97	178
Outras Exigibilidades (*)	3.362	3.351
Investimentos	54	40
Renda Variável	38	-
Investimentos Imobiliários	-	22
Empréstimos e Financiamentos	9	11
Outras Exigibilidades	8	7
Exigível Operacional – Total	3.531	3.634

Obs.: (*) Outras Exigibilidades no valor de R\$ 3.362. Desse total, R\$ 3.238 refere-se a Reserva de Poupança de ex. participantes que ainda mantém vínculo empregatício com a patrocinadora.

10.II) Plano de Contribuição Variável - CV-Prevdato II

Exigível Operacional	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
Gestão Previdencial	476	387
Benefícios a Pagar	87	88
Retenções a Recolher	5	5
Outras Exigibilidades	384	294
Investimentos	3	1
Empréstimos e Financiamentos	1	-
Outras Exigibilidades	1	1
Exigível Operacional – Total	479	388

Obs.: Outras Exigibilidades no valor de R\$ 295 : refere-se ao somatório das Contas de Reserva de Poupança no valor de R\$ 102, Repasse custeio Administrativo sobre as Contribuições dos participantes no valor de R\$ 117, Repasse do Fundo de Custeio para Contencioso no valor de R\$ 76.

10.III) Plano de Gestão Administrativa

Exigível Operacional	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
Gestão Previdencial	-	16
Outras Exigibilidades	-	16
Gestão Administrativa	1.394	1.280
Contas a Pagar	1.192	1.086
Retenções a Recolher	202	194
Exigível Operacional - Total	1.394	1.296

• 11. Exigível Contingencial e Realizável Contingencial

Em cumprimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 de 29/04/2009 (Provisão do Passivo e Ativo Contingentes) e a Resolução CFC n.º 1180 de 24/07/2009, que reconhece como provisões obrigatórias apenas uma obrigação presente que provavelmente vai requerer uma saída de recursos (risco de perda provável), a Prevdta constituiu provisão para as perdas consideradas prováveis baseada nas informações de seus consultores jurídicos.

O Exigível Contingencial e o Realizável Contingencial em 2012 e 2011 possuem a seguinte composição:

11. I) Plano de Benefício Definido - PRV Saldado

Exigível Contingencial	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
Gestão Previdencial	5.218	8.345
Provisões	5.218	8.345
Investimentos	1.609	529
Provisões	1.609	529
Total	6.826	8.874

Realizável	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
Gestão Previdencial	2.429	2.568
Depósitos Judiciais/ Recursais	2.429	2.568
Investimentos	529	529
Depósitos Judiciais/ Recursais	529	529
Total	2.958	3.097

Contingência Passiva	2012 R\$ Mil
Valor Total das Ações	5.218
Valor Provisionado	5.218
Probabilidade de Êxito	Provável
Identificação do Plano Envolvido	Plano Benefício Definido
Total dos Depósitos Judiciais	2.429

A seguir, estão relacionadas às ações judiciais onde são pleiteados os referidos pagamentos (processos classificados como possível de perda, conforme julgamento dos assessores jurídicos):

- Processo judicial nº 0032792-05.2000.8.19.0001, nº 0127036-23.2000.8.19.0001, nº 0005887-50.2006.8.19.0001, nº 0120908-45.2004.8.19.0001, nº 0093923-05.2005.8.19.0001, nº 0127034-53.2000.8.19.0001, nº 0127740-89.2007.8.19.0001, nº 0065564-50.2002.8.19.0001, nº 0068189-81.2007.8.19.0001, nº 0319086-56.2012.8.19.0001, movido em face da Prevdta que tramita em Vara Cível do TJRJ. Objeto da ação - Revisão no benefício de suplementação de aposentadoria.
- Processo judicial nº 0004381-91.2011.4.01.3301, movido em face da Prevdta que tramita em Vara Cível do TJBA. Objeto da ação - Revisão no benefício de suplementação de aposentadoria.
- Processo judicial nº 0102179-24.2011.8.19.0001, movido em face da Prevdta que tramita em Vara Cível do TJRJ. Objeto da ação – Resgate da reserva de poupança sem rompimento do vínculo empregatício com a Patrocinadora
- Processo judicial nº 583.00.2006.147110-4, movido em face da Prevdta que tramita em Vara Cível do TJSP. Objeto da ação - Que seja restabelecido o pagamento da suplementação de aposentadoria do autor, tendo em vista que a Prevdta suspendeu seu benefício por entender que sua concessão foi indevida.
- Processo judicial nº 2007.0029.3783-0, nº 2007.0019.9462-8, movido em face da Prevdta que tramitam em Varas Cíveis do TJCE. Objeto da ação - Expurgos.

- Processo judicial nº1054055-72.2000.8.13.0024, movido em face da Bozano Simonsen Seguradora S/A e Prevdata (parte interessada) que tramita em Vara Cível do TJMG. Objeto da ação - Pagamento de prêmio de seguro coletivo.
- Processo cautelar nº 0148746-36.1999.8.19.0001 e processo principal nº 0154174-62.2000.8.19.0001 e nº 0148724-75.1999.8.19.0001 e processo principal nº 0027909-15.2000.8.19.0001, movidos em face da Prevdata que tramitam em Vara Cível do TJRJ. Objeto da ação - Revisão no benefício de suplementação de aposentadoria.
- Processo judicial nº 795109-6/2005, movido em face da Prevdata que tramita em Vara Cível do TJBA. Objeto da ação - Que sejam reembolsados os descontos realizados pela Entidade devido à revisão do cálculo de suplementação do autor e indenização por danos morais.
- Processo judicial nº 0804904-75.2011.4.02.5101, movido em face do INSS e da Prevdata que tramita em Vara Federal da JFRJ. Objeto da ação – Pagamento do benefício de pensão por morte.
- Processo judicial nº 0112636-86.2009.8.19.0001, movido em face da Prevdata que tramita em Vara Cível do TJRJ. Objeto da ação - Resgate da reserva de poupança sem rompimento do vínculo empregatício com a Patrocinadora
- Processo judicial nº 0080200-86.2005.5.01.0059, nº 0053600-96.2008.5.01.0067 movido em face da Prevdata que tramita em Vara Trabalhista do TRTRJ. Objeto da ação - Revisão no benefício de suplementação de aposentadoria.
- Processo judicial nº 0146500-82.2009.5.01.0061, movido em face da Prevdata que tramita em Vara Trabalhista do TRTRJ. Objeto da ação – Nulidade da cobrança de joia.
- Processo judicial nº0000449-60.2011.5.01.0020, nº0000907-22.2011.5.01.0006, nº0001521-92.2011.5.01.0049, nº 0000495-36.2012.5.01.0013, nº 0000923-25.2012.5.01.0043, nº 0001310-57.2012.5.01.0005, nº 0001304-78.2012.5.01.0028, nº 0001227-70.2012.5.01.0060, nº 0001281-81.2012.5.01.0045, movido em face da Prevdata que tramita em Vara Trabalhista do TRTRJ. Objeto da ação – Aplicação do regulamento de adesão ao plano na época da concessão do benefício.
- Processo judicial nº 0000973-43.2012.5.02.0060, nº 00009607-62.2012.5.02.0026, nº 0000939-28.2012.5.02.0050, nº 0001105-91.2012.5.02.0072, nº 273291.2012.5.02.000085, movido em face da Dataprev e da Prevdata que tramita em Vara Trabalhista do TRTSP. Objeto da ação – Pagamento do percentual do adicional de periculosidade e reflexos na contribuição do participante.

11.II) Plano de Gestão Administrativa

Existe ação judicial proposta por empresa prestadora de serviço cujo contrato foi encerrado pela Prevdata onde a probabilidade de perda é Provável. O valor total da ação soma R\$ 561 e é movida contra o Plano de Gestão Administrativa. A natureza do processo é a Cobrança de Honorários Extras por força do Contrato firmado entre as partes com probabilidade de êxito Provável, ou seja a chance do evento ocorrer é maior do que de não ocorrer – igual ou superior a 50%.

Exigível Contingencial	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
Gestão Administrativa	561	378
Provisões	561	378
Total	561	378



Prevberto e Berta.

• 12. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são calculadas atuarialmente pela empresa S.TINOCO - Consultores Associados em Previdência Complementar Ltda. e a sua composição, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, segregadas por plano de benefícios previdenciais:

12.I) Plano de Benefício Definido - PRV Saldado

Provisões Matemáticas	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
1 - Benefícios concedidos	338.366	314.308
Benefício Definido Estruturado Regime de Capitalização	338.366	314.308
2 - Benefícios a conceder	376.829	360.435
Benefício Definido Estruturado Regime de Capitalização Programado	370.305	352.794
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	370.311	352.811
(-) Valor Atual das Contrib. Futuras dos Participantes	(6)	(17)
Benefício Definido Est. Regime de Capit. Não Programado	6.524	7.641
Valor atual dos Benefícios Futuros Não Programados	6.524	7.641
3- Provisões matemáticas a constituir	(214.930)	(228.533)
(-) Serviço passado	(173.692)	(181.841)
(-) Déficit equacionado	(41.239)	(46.692)
4 - Provisões Matemáticas (1+2-3)	500.264	446.210

(a) A Instrução MPS/PREVIC nº 05, de 08 de Setembro de 2011, tornou em desuso a rubrica Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples, sendo o saldo dessa rubrica transferido para a rubrica de Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado/Valor atual dos Benefícios Futuros Não Programados.

12.II) Plano de Contribuição Variável CV-Prevdata II

Provisões Matemáticas	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
1 - Benefícios concedidos	1.815	678
Contribuição Definida	1.815	678
2 - Benefícios a conceder	95.184	61.443
Contribuição Definida	95.184	61.443
Provisões Matemáticas (1+2)	96.999	62.121

• 13. Equilíbrio Técnico

O resultado previdencial apurado no exercício social de 2012 e 2011, segregado por plano de benefícios, bem como a data base utilizada para a avaliação atuarial, está apresentado no quadro a seguir:

13.I) Plano de Benefício Definido Saldado - PRV Saldado

Equilíbrio Técnico	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
Resultados Realizados / Superávit Técnico Acumulado	10.034	3.430
Reserva de contingência	10.034	3.430
Superávit Técnico do BD	10.034	3.430
Equilíbrio Técnico Total	10.034	3.430

13.II) Plano de Contribuição Variável - CV-Prevdata II

Equilíbrio Técnico	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
Resultados Realizados / Superávit Técnico Acumulado	-	633
Reserva de contingência	-	633
Superávit Técnico do CV	-	633
Equilíbrio Técnico Total	-	633

Em atendimento à Resolução CGPC 26º de 29 de setembro de 2008 e ao ofício PREVIC nº 2838/2012/CGMA/DIACE/PREVIC, o resultado do superávit do CV em 2012 foi distribuído nas provisões matemáticas, representando um equilíbrio técnico igual a zero.

• 14. Fundos

14.I) Fundo de Gestão Administrativa

Constituído pela diferença entre a receita, taxa de administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de:

Plano	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
Benefício Definido Saldado PRV	5.866	5.933
Plano de Contribuição Variável CV-Prevdata II	771	839
Fundo de Custeio para Contencioso PRV	1.396	656
Fundo de Custeio para Contencioso CV	838	376
Total	8.871	7.804

Em relação ao Plano de Renda Vinculada PRV Saldado, para formação do Fundo Administrativo, a ser transferido ao PGA, incide 0,017%, sobre o patrimônio garantidor do Plano, no último dia de cada mês, equivalendo aproximadamente a 0,2% ao ano.

Dos benefícios dos assistidos e beneficiários de pensão por morte, foi fixado, nesse exercício de 2012, os percentuais descritos a seguir: Sobre as suplementações de aposentadoria e pensão por morte, até R\$ 500,00, incide alíquota de 0,33% e, cumulativamente, sobre a parcela excedente a R\$ 500,00, incide alíquota de 0,44%.

Em relação ao Plano de Contribuição Variável CV-Prevdata II, para formação do Fundo Administrativo o percentual de 2% sobre as Contribuições Normais Básicas do Participante e da Patrocinadora, para formação de Fundo Administrativo do Plano, a ser transferido para o PGA.

14.II) Fundo do Programa de Investimentos

Denominado de Reserva de Quitação por Morte – RQM é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de:

Plano	2012 R\$ Mil	2011 R\$ Mil
PRV Saldado	708	522
Plano de Contribuição Variável CV-Prevdata II	127	46
Total	835	568

• 15. Fatos Relevantes

15.I) A associação ABRAPP ajuizou demanda judicial coletiva em nome de suas associadas que tem por objetivo recuperar rendimentos de aplicações financeiras feitas no período compreendido entre 04/90 e 02/91, em face de elevados expurgos ocorridos na remuneração das alocações em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND.

Visto que não há definição dos valores que serão recebidos até a presente data, a Prevdatta trata este assunto com o devido conservadorismo e prudência. O reconhecimento de valores, sem que a importância esteja claramente definida, exporá a Entidade ao reconhecimento de um resultado equivocado e ônus judiciais de elevada quantia. Sendo assim, a Prevdatta não contabilizou a sua proporção na demanda judicial coletiva promovida pela ABRAPP.

15.II) Em 29 de novembro de 2012, o Conselho Nacional de Previdência Complementar por meio da Resolução CNPC nº 09/2012, alterou a Resolução nº 18/2006 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC).

A referida Resolução CNPC nº 9/2012 estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar, entre outras providências. Dentre as alterações, há a limitação da taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de contribuições e benefícios. No quadro abaixo demonstramos os limites por exercício social:

Exercício social	Taxa máxima de desconto (%)
2012	6,00
2013	5,75
2014	5,50
2015	5,25
2016	5,00
2017	4,75
2018	4,50



Posse dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.





Em 31 de dezembro de 2012, o percentual de 6% foi observado pela entidade. A partir de 2013, a Prevdata irá se adequar aos limites, com uma redução gradual a cada ano até 2018, quando esse teto passará a ser de 4,5%. O impacto estimado nas Provisões Matemáticas é de R\$ 100 milhões aproximadamente.

A expectativa da Entidade, conforme estudos realizados pelo atuário responsável pela avaliação atuarial dos planos de benefícios, é que para os R\$100 milhões de impacto no cálculo das Provisões Matemáticas, a preços de dezembro de 2012, pela alteração de 1,5% da taxa de juros real, a ser efetivada entre 2013 e 2018, será custeada na seguinte proporção:

- R\$ 40 milhões, aproximadamente, decorrente de excesso de rentabilidade, em relação à taxa de juros adotada e a efetivamente recebida - em face de investimentos já efetivados à taxa de juros superior inclusive à 6% ao ano, e o Termo de Compromisso cuja taxa de juros é de 6% ao ano – e economias decorrente dos ganhos atuariais, obtidos a partir de hipóteses bem conservadoras adotadas.
- R\$ 30 milhões, aproximadamente, de contribuições extraordinárias de responsabilidade das patrocinadoras (ao longo dos exercícios de 2014 a 2018).
- R\$ 30 milhões, aproximadamente, de contribuições extraordinárias de responsabilidade dos participantes, assistidos e pensionistas (ao longo dos exercícios de 2014 a 2018).

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2012.

Paulo Sergio Santos do Carmo
Presidente Executivo

Carlos Eduardo Gomes Villar
Diretor de Administração e Finanças

Ary Follain Junior
Diretor de Atendimento e Seguridade

Mauro Theodoro dos Santos
Contador CRC-RJ – 52.182

Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores, conselheiros, participantes e patrocinadores da Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev - Prevdato Rio de Janeiro - RJ:

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev - Prevdato (Entidade), doravante referidas como consolidado, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

• Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

• Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

• Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Sociedade de Previdência Complementar da Dataprev - Prevdato e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2013.

Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC RJ 081.409/O-3
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" - RJ